

Ata n.º 2/2018

Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e dezoito, na sala de Assembleia do edifício sede da União das Freguesias de Souto da Carpalhosa e Ortigosa, em Souto da Carpalhosa, reuniu ordinariamente a Assembleia de Freguesia de Souto da Carpalhosa e Ortigosa, pelas 21H00, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. **Ata da reunião Extraordinária de Assembleia, datada de 26 de fevereiro de 2018 – Leitura e Votação;**
2. **Relatório de Atividades e Situação Financeira da Junta de Freguesia, no período de 01 de dezembro de 2017 a 31 de março de 2018 – Apreciação;**
3. **Relatório de Contas de 2017 – Discussão e Aprovação;**
4. **Inventário dos bens adquiridos no ano 2017 – Apreciação;**
5. **Doação ao Município do terreno onde foram edificadas as habitações sociais no lugar de Ortigosa – Discussão e Aprovação;**
6. **Modificação ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências para a Gestão e Manutenção do Pavilhão Desportivo Municipal de Souto da Carpalhosa – Ratificação.**

A membro Cláudia Coutinho não esteve presente nesta Assembleia de Freguesia e apresentou justificação da ausência por motivos de saúde, justificação esta que foi aceite. No início da sessão estava também ausente o membro António Tavares, chegando no decorrer da sessão. Todos restantes membros da Assembleia de Freguesia estavam presentes.-----

José Carlos Gomes, Presidente da Assembleia de Freguesia, deu início à sessão extraordinária da Assembleia da União das Freguesias de Souto da Carpalhosa e Ortigosa, pelas 21H08. Começou por cumprimentar os presentes. Passou à leitura dos pontos da Ordem de Trabalhos:

1. Ata da reunião Extraordinária de Assembleia, datada de 26 de fevereiro de 2018 – Leitura e Votação;
2. Relatório de Atividades e Situação Financeira da Junta de Freguesia, no período de 01 de dezembro de 2017 a 31 de março de 2018 – Apreciação;
3. Relatório de Contas de 2017 – Discussão e Aprovação;

4. Inventário dos bens adquiridos no ano 2017 – Apreciação;
5. Doação ao Município do terreno onde foram edificadas as habitações sociais no lugar de Ortigosa – Discussão e Aprovação;
6. Modificação ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências para a Gestão e Manutenção do Pavilhão Desportivo Municipal de Souto da Carpalhosa – Ratificação.

Antes de dar início à discussão da ordem do dia, esclareceu os membros de que lhes fora entregue documentação, a considerada mais relevante, relativamente ao dossiê da Charneca do Nicho e no que respeita à partilha de recursos, sendo esta apenas para conhecimento dos membros, uma vez que não era um assunto da ordem do dia.

Antes do período da ordem do dia deu a possibilidade ao público presente de apresentar algum assunto que considerem de interesse geral para a freguesia, abrindo a possibilidade de inscrições para o efeito. Esclareceu que todos os intervenientes se devem dirigir ao púlpito no momento de intervir e esclareceu ainda que o áudio das Assembleias de Freguesia era gravado de modo a permitir uma maior fiabilidade na redação da ata aquando da sua elaboração. Solicitou ainda que se evitassem diálogos paralelos. Passou a palavra ao primeiro inscrito, o senhor Virgílio Franco residente na Moita da Roda, membro da Assembleia de Freguesia.

Virgílio Franco, membro da Assembleia de Freguesia – Questionou se o espelho que se encontra na estrada que vai do Souto da Carpalhosa para os Conqueiros, onde recentemente ocorreram dois acidentes, não poderia ser subido entre 30 a 40 centímetros de modo a permitir uma melhor visibilidade, permitindo e evitando assim acidentes de maior gravidade. Informou que na Rua do Campo e Rua do Outeiro, no lugar de Moita da Roda, existe uma grande concentração de águas. Questionou se a Junta de Freguesia estava a tratar da situação em causa ou não. Ainda relativamente ao lugar de Moita da Roda, foram colocadas as grelhas [de escoamento de águas] e as mesmas não estão subidas, provocando socacos muito profundos que já danificaram pneus de várias viaturas, e questionou se seria para subir as mesmas com alcatrão ou fazer primeiro os restantes arruamentos. Chamou a atenção para o sistema de rega do jardim junto ao edifício da Ortigosa – Parque de Desporto Informal D. Julinha e Fernando – que esteve a trabalhar durante uns dias em que regava o

jardim e chovia, e era desnecessário ouvir comentários mais desagradáveis, depois do país ter atravessado uma situação de seca. Disse ainda que já havia informado o vogal Vasco Fernandes sobre esta mesma situação. Referiu também que existem pessoas que colocam terras nas suas propriedades de modo a aniquilarem o percurso natural da água quando chove, questionando se a Junta de Freguesia tinha conhecimento deste tipo de situações. Disse também que uma pessoa, furiosa, questionou o interveniente sobre o que é que se passava nos cemitérios da freguesia uma vez que os mesmos estavam todos sujos, e acrescentou que uma vez que os impostos, como o caso o IMI, revertia para as Juntas de Freguesia, se ninguém teria atenção a este tipo de situações. O interveniente disse ainda que ainda tentou chamar a atenção para o facto de as chuvas não terem permitido a colocação de herbicida.-----

Eulália Crespo, Presidente da Junta de Freguesia – Cumprimentou os presentes. Em relação à subida do espelho parabólico na estrada do Souto da Carpalhosa para os Conqueiros agradeceu o reparo e informou que não tinha conhecimento da situação da sinistralidade no local; Relativamente à concentração de águas na Rua do Outeiro e Rua do Campo, no lugar de Moita da Roda, a exposição do problema foi apresentada à CML, disse que por conhecimento próprio sabe que a situação torna o local intransitável, e a Junta de Freguesia aguarda parecer dos técnicos da CML sobre esta situação; Relativamente às grelhas de escoamento de águas, na Rua Principal da Moita da Roda, disse que a situação também estava encaminhada para a CML, uma vez que se tratava de uma obra deles, e depois de várias reclamações e deslocações ao local, e atualmente era aguarda a intervenção camarária; Quando ao gasto de água no lugar de Ortigosa, disse que desconhecia por completo a situação estando a mesma a ser uma novidade; Quanto às terras que são colocadas para impedimento do curso de água, disse que a Junta de Freguesia tem conhecimento de alguns casos estando a chamar atenção para a situação, principalmente quando intervém nas linhas de água. Acrescentou que nunca como atualmente as linhas de água estão a sofrer uma grande defesa e as entidades competentes estando no terreno, estão atentas às situações; Relativamente ao cemitério, informou que já foi aplicado herbicida e acrescentou que não é possível chegar a todo o lado ao mesmo tempo, advertindo assim para que se seja paciente, pois os trabalhos concretizam-se mas com tempo.-----

Virgílio Franco, membro da Assembleia de Freguesia – Interveio para esclarecer que, aquando este tipo de abordagens, procurava sempre defender o trabalho da Junta de Freguesia, pois compreendia as situações, como no caso do desperdício de água no jardim da Ortigosa em que deduziu que haveria um sensor de chuva, mas, deu-se conta de que é inexistente.-----

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Voltou a referir que não tinha conhecimento da situação, mas acrescentou que há situações que são reportadas às administrativas que estão ao serviço e estas reencaminham logo as situações e, disse, que acreditava mesmo que o assunto já estivesse encaminhado.-----

Fernando Mendes, membro da Assembleia de Freguesia – Cumprimentou os presentes. Leu a seguinte intervenção: “Como eleito pela população para a ajudar a resolver os seus problemas, tenho o cuidado e responsabilidade de alertar para as várias situações que vou verificando quando passo pelos diversos locais da freguesia e ainda ao ouvir as reclamações e transmiti-las à Junta. Não deixarei de falar enquanto verificar que as condições para os fregueses não são as ideais para se poder viver em segurança e com qualidade mínima de vida. Quero manifestar aqui o bom trabalho feito pela Junta na Mata do Nicho, mas tenho receio que todo este esforço e investimento se possa perder. Seria uma tragédia para a freguesia e nesse sentido quero alertar que estamos a pouco da época de incêndios. Eu penso que a Junta sozinha poderá não ter capacidade e tempo, e mesmo pedindo a ajuda do ICNF, deixa-me a mim e à população inseguros depois do que aconteceu no último verão. Andou a fazer-se reflorestação com novas espécies estudadas para o local, e muito bem, mas depois tudo pode arder. Pergunto se já foram criados os corredores de segurança em toda a volta da Charneca, que eu acho que deveriam de existir pelas extremas para poderem circular os veículos de segurança e os de vigilância, e mesmo diversos corredores pelo meio para, no caso de incêndio, evitar que se propague com tanta facilidade. Se não se fizer nada, não vale a pena colocar árvores novas. Pretendia também saber qual era a distância que deveria ficar da estrada para os pinhais, pois dizem que tem de ser de 10 metros, mas não vejo dez metros em lado nenhum. Depois de tudo o que se viu no verão passado, mesmo com a ajuda do ICNF, que não é exemplo para ninguém, tudo ardeu.” Prosseguiu referindo que se perdia muito tempo nas Assembleias a falar

em números, e a levantar muitas dúvidas sobre estes, e em outros assuntos que por vezes nem são muito importantes, e os que realmente são muito importantes e que muitas vezes prejudicam a população passam em falso. Alertou para o facto de na Rua Domingos Morais Monteiro, em direção à Samvipaz, a zona de estrada tem apenas uma faixa e devia ser procurada uma solução qualquer, dado o perigo para as dezenas de carros que por ali circulam todos os dias. Disse ainda que a situação já se arrasta há muito tempo e se havia soluções para reflorestar a mata também teria de haver para resolver aquela situação. Estava para a expor a situação das águas na Rua do Campo de Futebol da Moita da Roda, mas o assunto já tinha sido esclarecido. Referiu-se à estrada dos Conqueiros, que já havia exposto noutra Assembleia, sobre o ressalto e no perigo que a situação consta para as viaturas que passam. Também voltou a referir-se à rotunda na Ortigosa, acrescentando que já voltaram a haver mais acidentes no local. Alertou a Junta de Freguesia – e afirmou que já o havia feito no passado – para o facto de em direção ao Parque Temático da Lagoa estar um camião estacionado há muito tempo retirando a visibilidade a quem passa.--

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Sobre a Charneca do Nicho esclareceu que o executivo considerou que a reflorestação seria uma mais-valia para a Charneca e para a freguesia. Recordou o donativo da empresa Siemens que, tal como exposto na última Assembleia de Freguesia, era de aproveitar para benefício da freguesia. Quanto aos corredores de segurança, informou que houve uma ação de sensibilização na Junta e, tendo em conta a dimensão da freguesia a afluência ficou muito aquém comparativamente a outras freguesias, demonstrando que há preocupação com os incêndios, mas não há o cuidado em estar esclarecido.-----

Fernando Mendes, membro da Assembleia de Freguesia – Interrompeu para recordar que se referia especificamente à Charneca do Nicho.-----

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Prosseguiu afirmando que decorreu essa ação com a presença da Proteção Civil, sapadores e ICNF que, em conjunto com a população que aderiu à ação, demonstrou na Charneca do Nicho quais os procedimentos a adotar na limpeza; Quanto às distâncias das estradas referiu que a limpeza deve respeitar os 10 metros de distância e que esta informação, cedida pela Proteção Civil e pela CML, sempre esteve disponível na Junta de Freguesia para a população; Sobre a Rua Domingos

Morais Monteiro, afirmou que é uma situação que se arrasta há bastante tempo, mas, que é difícil negociar com os proprietários dos terrenos, todavia, a Junta de Freguesia vai tentar fazê-lo; Sobre a estrada dos Conqueiros referiu que, como constava no caderno entregue aos membros da Assembleia de Freguesia, a mesma consta no Plano para o ano de 2018, sendo mesmo uma das estradas prioritárias no plano deste executivo. Aguardam que a CML decida o que irá executar; Sobre a rotunda na Ortigosa informou que se tratava de uma situação que está estagnada, pelo que não tinha nada para avançar no momento; Relativamente ao camião estacionado junto ao acesso ao Parque da Lagoa, afirmou ser do seu conhecimento e, devido a esta mesma situação, saber do perigo que o mesmo constava. Contudo, procurava ter o maior cuidado possível procurando também respeitar quem ali estacionou o camião.-----

Fernando Mendes, membro da Assembleia de Freguesia – Referiu que tem de haver mais cuidado com este tipo de situações pois não se podia colocar tudo onde se quer.-----

Cláudio Alves, Lameira – Sobre a empreitada do saneamento de Riba d’Aves, Lameira e Monte Agudo que estava em curso, questionou se nesta empreitada todas as ruas estão contempladas e se as ruas intervencionadas serão requalificadas. Acrescentou que muitas das ruas naqueles lugares possuem betuminoso muito antigo e questionou se a sua requalificação seria uniforme e completa incluída na adjudicação da obra e não, posteriormente, no protocolo da Junta de Freguesia com a CML, ou se a requalificação destas ruas mais antigas seria feita apenas a tapar as valas.-----

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Relativamente à contemplação de ruas informou que podiam ser consultados os mapas disponíveis sobre esta intervenção. Sobre a requalificação das ruas afirmou que, do seu conhecimento, as indicações são para ser colocado betuminoso logo na faixa intervencionada não significando isso que no final as ruas não sejam requalificadas na totalidade. Esclareceu ainda que o que foi solicitado à Junta de Freguesia no que respeita a requalificações de ruas, foi apenas de lugares onde já exista o saneamento – Picoto, Várzeas, Arroiteia e Ortigosa – pois todas as outras localidades iriam sofrer intervenção do saneamento, o que já implicaria a sua requalificação.-----

José Carlos Gomes, Presidente da Assembleia de Freguesia – Interveio para esclarecer que relativamente ao processo de saneamento em Riba d’Aves, Lameira e Monte Agudo existia a promessa de que em todas as ruas intervencionadas e cujo pavimento estivesse em mau estado, seriam pavimentadas na totalidade. Disse ainda que tanto o SMAS como a CML, transmitiram que quando fosse lançada a empreitada, contemplaria também o alcatroamento das ruas. -----

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Informou que estavam duas frentes de trabalho respeitantes ao saneamento na freguesia: uma na Lameira e outra no Estremadouro.-----

Dinis Francisco, Vale da Pedra – Cumprimentou os presentes. Disse que uma das suas intervenções era precisamente a propósito da situação do saneamento básico, concretamente no lugar de Estremadouro, e fazendo o paralelismo com o que acontecia na freguesia da Bajouca, pretendia alertar a Presidente de Junta de Freguesia para que o mesmo não acontecesse na União das Freguesias, ou seja, ir remediando a abertura das valas com colocação de *tout-venant* e arrastando a situação durante meses até à colocação de betuminoso. Alertou ainda para o facto de, nas intervenções que estariam a ser feitas no lugar de Estremadouro haver condicionalismos de trânsito sem aviso prévio aos moradores. Sabendo que a responsabilidade compete aos SMAS e à CML, entendeu que a Junta de Freguesia deveria de chamar à responsabilidade as entidades competentes para que estas situações pudessem ser minimizadas e a populações não sentirem este tipo de constrangimentos de futuro noutras intervenções. Fez uma exposição, relativamente à Charneca do Nicho, onde leu um excerto da Ata n.º1/2016 da Assembleia da União de Freguesias de Souto da Carpalhosa e Ortigosa datada de 22 de abril. Assim, leu: “*O membro Sr. Gastão Crespo questionou o executivo sobre a reflorestação (plantação de quatro mil pinheiros) na Charneca do Nicho, designadamente quanto à responsabilidade dessa reflorestação, tendo o Sr. Presidente da Junta Freguesia José Carlos Gomes informado que a plantação dos quatro mil pinheiros não estava prevista inicialmente para aquela área, nos cerca de vinte e cinco hectares que necessitavam de intervenção, sobretudo uma área que ardeu em dois mil e cinco e que estava a necessitar de intervenção, e que foi pedido apoio ao Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF). Contudo, a*

Junta de Freguesia teve de avançar com a despesa uma vez que essa área não podia continuar na situação em que estava, pois continuava a estragar-se, sendo que os Pinheiros como não foram desbastados se tornavam-se cada vez mais finos, pelo que se se mantivesse a situação, daqui a alguns anos, quando houvesse um desbaste cairiam todos. Deste modo, a Junta de Freguesia decidiu intervir agora, e por isso pediu a colaboração ao ICNF para elaborar um projeto, porque na Charneca do Nicho existia uma área mais húmida onde havia eucaliptos, que foram arrancados e substituídos por cerca de quatro mil pinheiros. Estes quatro mil pinheiros foram plantados agora, mas inicialmente o projeto previa a intervenção numa área de quatro hectares com a plantação, em intervalos de 5 metros, de Castanheiros, Carvalho Alvarinho e Freixos, sendo que o Eng. Octávio Ferreira sugeriu que no intervalo dessas árvores, de crescimento mais lento, poderiam ser plantados Pinheiros, pelo que a dois metros e meio das árvores foram plantados os referidos Pinheiros, estes podem lá estar cerca de vinte anos e depois serem cortados. O ICNF deu as plantas dos Pinheiros à Junta de Freguesia e os funcionários da Junta de Freguesia plantaram esses mesmos Pinheiros. Toda a plantação das outras árvores está a ser custeada pela Junta de Freguesia com um orçamento, já apresentado na Assembleia de Freguesia, cujo custo é de quinze mil euros. Ainda relativamente à Charneca do Nicho, no entendimento da Junta de Freguesia, não faz muito sentido continuar a haver a partilha da receita que vigorou até aqui, de quarenta por cento para o ICNF e sessenta por cento para a Junta de Freguesia. O Sr. Presidente da Junta Freguesia José Carlos Gomes informou ainda que foi feita muita pressão para que fosse o ICNF a fazer a reflorestação, mas que eles recusaram por manifestarem dificuldades orçamentais indicando que não tinham condições para o fazer, nem dinheiro para intervir na Mata "Pinhal do Rei", nem na Charneca. O Eng. Octávio Ferreira alertou também que daqui a alguns anos será necessário um processo de desbaste na outra área quase toda, aquela que caiu em dois mil e treze, e que em futuras intervenções mais pesadas promoverão reuniões com o ICNF para debater a questão, sendo que na opinião dele deverá ser renegociado um novo Plano de partilha de receita, pois daqui para a frente o ICNF, eventualmente, irá ter poucas possibilidades de continuar a investir na Charneca do Nicho. O Sr. Presidente da Junta é da opinião que o ICNF deverá continuar ligado à Charneca do Nicho por uma questão de respeito

dos cidadãos para com a Charneca do Nicho e pelo facto deles terem um Know How muito grande na gestão florestal e informou que há situações idênticas que já há partilha de oitenta por cento para os proprietários e vinte por cento para o ICNF, para que estes façam a gestão e o acompanhamento. Fica este alerta para futuros Executivos desta Junta de Freguesia, é uma "Janela Aberta" de oportunidade para sentar e conversar para que não sejam arrastados tantos anos sem que haja intervenções no perímetro florestal, sobretudo o Charneca do Nicho ter uma excelente qualidade de Madeira, e serem efetuadas as intervenções no timing certo podermos tirar o máximo de rentabilidade desta mancha florestal". Feita a exposição, questionou quais é que eram as vantagens e as desvantagens em manter o ICNF na gestão da Charneca do Nicho.-----

José Carlos Gomes, Presidente da Assembleia de Freguesia – Interveio e dirigiu-se ao interveniente considerando que era uma desfaçatez do mesmo solicitar as atas à Junta de Freguesia e depois vir a uma Assembleia de Freguesia ler as mesmas. Indicou ao interveniente que a sua obrigação era ter vindo às Assembleias. No que respeita à Charneca do Nicho disse ter expresso a sua opinião que estava falada e debatida e refletida na ata que havia sido lida. Esclareceu que a Junta de Freguesia, na altura, tomou a iniciativa de intervir e gastou 15 mil euros. Disse ainda que a situação foi pública foi discutida e foi apresentada à Assembleia, foi votada e aprovada. Acrescentou que, relativamente ao futuro, teria de ser o atual executivo a falar sobre isso, apesar de já ter manifestado a sua vontade. Todavia, considerou que não era oportuno vir a todas as Assembleias falar na situação da Charneca do Nicho. Disse ainda que no início desta sessão foi distribuído aos membros da Assembleia de Freguesia informação relativa à Charneca do Nicho onde consta a distribuição das percentagens.-----

Eulália Crespo, Presidente da Junta de Freguesia – Interveio afirmando que quanto ao futuro da Charneca do Nicho não ia acrescentar mais nada, uma vez que o assunto já tem sido falado nas Assembleias anteriores.-----

Dinis Francisco, Vale da Pedra – Pediu para intervir novamente na condição de defesa de honra e foi-lhe concedida a possibilidade. Disse que os documentos que solicitou eram documentos públicos que qualquer cidadão da União das Freguesias tinha direito a ter acesso, conforme estava legislado, e, fosse em formato físico ou digital, a Junta de Freguesia tinha de ceder a documentação.

Referiu ainda que pretendia retirar a questão que tinha formulado relativamente à Charneca do Nicho. Disse ainda que concordava com o senhor Presidente de Assembleia e que devia ter vindo às reuniões das Assembleias de Freguesia nos anos anteriores. Todavia, afirmou que vinha agora apresentar questões de dúvidas que tinha atualmente. Disse ainda que pretendia simplesmente o melhor para a freguesia e se questionava sobre o passado, era para que este não se repetisse no futuro.-----

José Carlos Gomes, Presidente da Assembleia de Freguesia – Afirmou que relativamente às atas, as mesmas estavam disponíveis e podiam ser consultadas quando o interveniente, ou outra pessoa, o entendesse e pedir certidões de atas específicas ou até mesmo certidão de todas as atas, cujo primeiro registo é de 1854. Disse, contudo, que não considerava correto ter sido lida ali uma ata.-----

Gastão Crespo, membro da Assembleia de Freguesia – Pediu para intervir. Sobre a última intervenção, disse que era o Presidente de Assembleia de Freguesia à data da ata que foi lida onde interveio como membro de Assembleia. Todavia, como Presidente de Assembleia que era e na defesa da honra de todos os membros que compunham aquela Assembleia de Freguesia e que aprovaram aquela ata por unanimidade, afirmou que o senhor Dinis Francisco foi ler um excerto de uma ata descontextualizada e a colocar em causa toda a Assembleia anterior. Afirmou que, na sua opinião enquanto ex-Presidente de Assembleia de Freguesia considerava uma desfaçatez vir ler um excerto de uma ata que não colocou ninguém em causa, mas, dado o descontextuo, poderia ter colocado. Acrescentou que as perguntas podiam ser colocadas sem se ir buscar excertos de atas.-----

José Carlos Gomes, Presidente da Assembleia de Freguesia – Não havendo mais inscritos para intervenção, deu por encerrado o período para discussão antes da ordem do dia. Passou-se à Ordem de Trabalhos. **Ponto 1** - Ata da reunião Extraordinária de Assembleia, datada de 26 de fevereiro de 2018 – Leitura e Votação. Deu oportunidade aos membros da Assembleia de fazerem considerações sobre a mesma. Dispensou leitura da ata, dado que os membros a receberam previamente para o efeito. Não havendo intervenções colocou o **Ponto 1** a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

Passou-se ao **Ponto 2** - Relatório de Atividades e Situação Financeira da Junta de Freguesia, no período de 01 de dezembro de 2017 a 31 de março de 2018 – Apreciação. Questionou a senhora Presidente de Junta de Freguesia se pretendia fazer algum esclarecimento prévio. A senhora Presidente considerou que a informação estava clara, pelo que foi dado seguimento com as inscrições para intervenção.-----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Cumprimentou os presentes. Começou por pedir para esclarecer que as suas intervenções não eram para duvidar ou colocar em causa o Executivo. Disse que quando a senhora Presidente afirmou que sempre esteve do lado do Executivo, importava recordar que a função de uma Assembleia é refletir criticamente e ajudar a alargar os horizontes de pensamento no sentido de pensar e ter novas ideias em debate e não dizer simplesmente “sim” a tudo, postura que seria muito mais fácil. Sentiu que era importante fazer este esclarecimento pois tal como os membros da Assembleia já o manifestaram, a interveniente também gosta da freguesia. Acrescentou que havia muitos pontos e áreas que não percebia, contudo, estava a fazer um esforço sério para perceber, para aprender e para ajudar a ter outros pontos de vista. Afirmou ainda que não está contra o Executivo quando faz qualquer tipo de abordagem e considerou importante que isso ficasse esclarecido.-----

José Carlos Gomes, Presidente da Assembleia de Freguesia – Questionou a interveniente se esta se estava a referir concretamente ao Presidente da mesa.

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Disse que foram os dois – José Carlos Gomes, Presidente da Assembleia de Freguesia e Eulália Crespo, Presidente da Junta de Freguesia. Acrescentou que apresentar diferentes pontos de vista era uma oportunidade para toda a gente onde todos ficavam mais enriquecidos. Relativamente ao relatório de atividades pediu esclarecimento sobre dois pontos: sobre o ponto “Reunião com a Vereadora Ana Esperança sobre trabalhos a realizar em cemitérios e viabilidade na construção de um Centro de Saúde na Freguesia”, solicitou esclarecimentos, inclusivamente que projetos há neste âmbito e o que pensa o Executivo sobre esta matéria; sobre o ponto “Reunião com Vereadora Anabela Graça e Agrupamento de Escolas Rainha Santa Isabel para se manter em funcionamento a Escola 1.º CEB de Moita da Roda e executar obras de melhoramento” questionou a que obras

se referiam, qual é o projeto educativo que o Executivo tinha pensado para a UF de Souto da Carpalhosa e Ortigosa. Afirmou que competia ao Executivo defender todo o território da freguesia no que respeita à educação, de modo a permitir igualdade de acesso. Deu como exemplo a realidade no lugar de Vale da Pedra, em que há crianças do lugar a frequentar escolas em Monte Redondo, Bajouca, Carnide, Bidoeira, Ortigosa, Souto da Carpalhosa e Leiria, estando a escola do lugar em risco de encerrar. Questionou o porquê.-----

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Agradeceu as palavras. Em relação referência de ter feito parte da Assembleia de Freguesia, há 12 anos, e ter estado sempre ao lado do Executivo, como consta em ata, disse também ter afirmado que não deixou de manifestar-se sempre que considerou que algo estava menos bem. Disse que não esteve apenas a assentir as decisões, mas que teve um papel interventivo e mesmo expôs as reclamações da população sempre que considerou importante fazê-lo. Sobre a reunião com a Vereadora Ana Esperança, no que respeita aos cemitérios, questionou qual era a ajuda financeira que a CML disponibilizava à Junta de Freguesia para intervenção nos cemitérios. Quanto ao Centro de Saúde, afirmou que, considerando que cada vez mais ouvia com mais insistência da parte do senhor Presidente da CML a necessidade de um Centro de Saúde para a União das Freguesias, foi procurar qual a perspetiva para a freguesia. Segundo a senhora Vereadora, atualmente não poderia ser realizada nenhuma candidatura para a execução da obra. Sendo este o ponto atual, disse ainda que isso não significaria que no decorrer dos quatros anos de mandato não fosse possível haver candidatura. Informou que nessa mesma reunião questionou que tipo de apoios existiam para o património, pois foram realizadas intervenções em algumas fontes e fontenários da freguesia no anterior mandato, todavia, por falta de tempo não houve intervenção em todos e havendo preocupação em dar continuidade a esse trabalho questionou que apoios existiam. Relativamente à reunião sobre o 1.º CEB Moita da Roda informou que a intenção da vereadora, e que já era no passado, era de passar a Pré da Moita da Roda para uma sala do edifício do 1.º CEB da Moita da Roda, uma vez que o pré-escolar decorre num pré-fabricado. Disse que o empenho passa por esta alteração bem como em executar melhorias na escola a fim de que haja condições de ali poderem frequentar seja pelo tempo que for.-----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Questionou qual era o projeto educativo para a freguesia.-----

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Informou que nesta reunião procurou saber o ponto de situação para o Centro Educativo para o Souto da Carpalhosa, uma vez que no ano passado existiram intervenções na escola do Vale da Pedra e este ano seria para haver na Moita da Roda. Disse que segundo a vereadora eram situações distintas: uma a criação de condições no imediato e outra o Centro Educativo, que informou que o mesmo estava atualmente em gabinete de arquitetura. Quanto à situação concreta do Vale da Pedra, disse estar surpreendida e bastante preocupada. Deu como exemplo o que aconteceu na Moita da Roda em que os pais, preocupados, se precipitaram e alguns pais retiraram os educandos da Moita da Roda integrando-os noutras escolas. Afirmou que não lhe passava pela ideia que na escola do Vale da Pedra, e depois do investimento na mesma no ano passado, os meninos do lugar estivessem fora da freguesia. Disse que concluía que os pais do lugar simplesmente não queriam a escola do Vale da Pedra.-----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Interveio para expor que, na sua opinião, a situação estava relacionada com os apoios extracurriculares. Disse que os pais, no arranque do ano letivo, não sentiam o ATL disponível e seguro, procurando outros locais, com outras condições que assegurem as suas necessidades onde a escola do Vale da Pedra não oferecia, sendo um edifício em ótimas condições atualmente. Disse que alguns pais já tinham partilhado que procuraram outras soluções onde existisse um ATL que lhes desse condições para estes depois poderem ir trabalhar. Relativamente aos centros de saúde acrescentou que, aquando em campanha, ouviu a população dizer que o que era necessário eram médicos para satisfazer as necessidades, uma carência que se regista. Acrescentou que a carência de médicos se devia ao facto de os profissionais não iam para locais onde estavam sozinhos a trabalhar, ou seja, a necessidade passaria pela criação de um Centro de Saúde que pudesse garantir uma baixa, uma consulta aberta, algo que um posto médico com apenas dois médicos, garantidamente irá ter falhas na acessibilidade à população, pois os médicos ficam enquanto não tiverem oportunidade de ir para outro lugar com uma equipa multidisciplinar. Na sua opinião, disse tratar-se de uma questão muito séria quanto aos destinos desta região.-----

Eulália Crespo, Presidente da Junta de Freguesia – Afirmou estar surpreendida em relação à situação no lugar de Vale da Pedra relativamente à falta de apoio da Junta de Freguesia, uma vez que o problema era o ATL. Disse que se as crianças do Vale da Pedra não tinham ATL era porque este nunca foi solicitado no lugar à Junta de Freguesia.-----

José Carlos Gomes, Presidente da Assembleia de Freguesia – Interveio para acrescentar que os pais nunca manifestaram interesse. Disse que sempre se interrogou porque é que os pais do Vale da Pedra nunca manifestaram interesse em ter ATL. Deduziu que muitos pais estivessem em casa e assim colmatariam a situação. Questionou se alguma vez a Junta de Freguesia tinha recusado ATL naquela localidade.-----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Reafirmou que os pais têm procurado soluções com ATL fora da freguesia. Recordou ainda que no passado a escola tinha ATL e com bastantes crianças, tanto na primária como no pré-escolar.-----

José Carlos Gomes, Presidente da Assembleia de Freguesia – Informou que no pré-escolar sempre houve ATL, como havia atualmente, e sempre se disponibilizou o serviço. Afirmou que tinham de fazer contas, contudo, nunca o serviço foi recusado por dar prejuízo. Disse que os pais ouviam dizer que o serviço dava prejuízo, mas sempre funcionou para quem manifestou essa necessidade.-----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Disse ter ouvido a Vereadora Anabela Graça dizer que criadas as condições as crianças vêm.---

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Informou que neste momento as duas crianças que necessitam de ATL no Vale da Pedra, que são do pré-escolar, vêm para o Souto da Carpalhosa de táxi.-----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Disse que a informação que lhe chegava era de que havia necessidade e os pais procuravam outras soluções. Esclareceu que a sua intervenção tinha por base aquilo que lhe era transmitido.-----

António Tavares, membro da Assembleia de Freguesia – Cumprimentou os presentes. Por ser parte interessada, relativamente à Escola da Moita da Roda, afirmou ter sentido falta de apoio nas atividades extracurriculares. Deu o seu

exemplo, dizendo que por motivos profissionais, não tendo ATL, teve se solicitar a familiares para irem buscar o seu educando à escola.-----

José Carlos Gomes, Presidente da Assembleia de Freguesia – Interveio para dar dizer que sempre houve ATL na Moita da Roda, até recentemente, em que a Junta de Freguesia teve de despedir a funcionária.-----

António Tavares, membro da Assembleia de Freguesia – Prosseguiu dizendo que publicitar atempadamente as atividades extracurriculares a decorrer na escola, poderia ser um incentivo para os pais. Publicidade essa que podia constar nas redes sociais ou no ato das matrículas. Disse ainda que o que aconteceu há dois anos na Moita da Roda se deveu à criação do boato em como a escola ia encerrar, e os pais que tinham ali os educandos, procuraram outras soluções. Indicou que posteriormente, no mês de junho, o agrupamento de escolas realizou uma reunião para indicar que possivelmente só iria haver uma turma e os pais foram inscrevendo os filhos de modo a tentar que houvesse duas turmas. Disse que durante o processo houve falhas de comunicação e posteriormente as indicações do Ministério da Educação era para apenas decorrer uma turma e, conseqüentemente, os pais tiveram de procurar alternativas. Disse ainda que sentiu, e pediu para que o mesmo não se repita, que houve um acordar muito tardio entre as entidades. Afirmou que se houver promoção das atividades e de que forma, acreditava que os pais ali colocariam as crianças.-----

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Disse que estavam a trabalhar para que tudo corresse da melhor forma para todos. Recordou ainda que o ATL na Moita da Roda encerrou por falta de crianças, havendo necessidade de dispensar uma funcionária que era muito profissional com as crianças.-----

António Tavares, membro da Assembleia de Freguesia – Recordou que lugar de Moita da Roda havia sido criado o boato que a escola ia encerrar e não houve nenhuma entidade que o desmentisse. Questionou ainda qual era a posição atual do executivo em relação à escola da Moita da Roda e quais os planos para manter a escola aberta.-----

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – recordou que, há dois, houve várias reuniões, dado que existiu uma preocupação geral em manter a escola aberta, tanto no caso da Moita da Roda como da Chã da Laranjeira.-----

José Carlos Gomes, Presidente da Assembleia de Freguesia – Esclareceu que só teve conhecimento do boato sobre o encerramento no decorrer das reuniões que foram realizadas à data.-----

António Tavares, membro da Assembleia de Freguesia – Interveio para deixar claro que os pais gostavam de sentir mais apoio por parte das entidades e que houve um acordar muito tardio de todas as entidades há dois anos. Disse ainda que reconhece que no ano passado as reuniões de preparação foram realizadas mais atempadamente, permitindo uma melhor coordenação. Afirmou que na sua opinião, a retirada de uma escola primária de uma localidade, era matar a localidade, pois eram retiradas as ligações entre as pessoas e as localidades passariam a ser dormitórios. Disse ainda que o mesmo se irá ver refletido no associativismo.-----

Gastão Crespo, membro da Assembleia de Freguesia – Interveio para dar conta de que no lugar do Picoto o proprietário – não residente na freguesia – de uns terrenos daquele lugar tomou a iniciativa de “esburacar” as valetas e colocar ferros à beira da estrada perigando as ruas daquele lugar. Disse que o proprietário é o senhor Manuel Pereira da Silva e o interveniente disse que sabia que o executivo já tinha dado conta da situação à CML e que a edilidade não considerou haver perigo, mas que deveria vir ao local, particularmente junto à associação. Afirmou que a situação se encontrava a perigar várias ruas, potenciando a ocorrência de acidentes no local. Na sua opinião a Junta de Freguesia poderia ter feito mais, nomeadamente fazer uma repreensão ou chamada de atenção ao proprietário até para salvaguarda da Junta de Freguesia na eventualidade de haver alguma ocorrência ou responsabilização.-----

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Afirmou que para o executivo também foi uma surpresa a posição da CML, pois foram várias as pessoas que manifestaram o seu desagrado e fizeram queixa na Junta de Freguesia. Disse que a situação foi então reportada à CML e no entender da edilidade estava tudo bem.-----

José Carlos Gomes, Presidente da Assembleia de Freguesia – Deu por terminadas as intervenções relativas ao **Ponto 2**. Passou-se ao **Ponto 3** - Relatório de Contas de 2017 – discussão e aprovação.-----

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Interveio lendo uma breve análise que preparou previamente e que dizia que considerava que se tinha

terminado o ano com equilíbrio orçamental. Foram previstas receitas de 833.225,51 euros, em que foram realizados 504.806,58 euros nas receitas correntes e 318.517,05 euros de receitas de capital, onde estava incluído o saldo de gerência anterior, sendo que houve uma execução orçamental de cerca de 98 por cento da receita prevista. Quanto à despesa, estavam previstas despesas na ordem de 833.225,51 euros, tendo sido realizadas, em despesas correntes, 497.844,24 euros, e 194.667,47 nas despesas de capital. Disse que terminaram o ano com respeito pelas previsões orçamentais efetuadas e verificou-se que a despesa corrente foi inferior à receita corrente, significando isso que parte da receita foi canalizada para o investimento, além do pequeno investimento que é realizado na despesa corrente, como era o caso dos pequenos arranjos efetuados pelos funcionários da Junta de Freguesia.-----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Começou por referir-se à quantidade de documentos para esta sessão. Disse que não contava com tanto papel tornando-se uma enorme despesa para os membros estar a imprimir a documentação a fim de estudar. Por esse motivo, questionou o Presidente da Assembleia de Freguesia se era possível voltar ao sistema antigo. No que respeita às contas, disse que unicamente tinha algumas curiosidades. Referindo-se ao controlo orçamental da receita, na rubrica referente à Administração Local, onde estavam valores que deduziu terem provindo da CML, solicitou que fosse detalhado o valor que respeitava ao contrato interadministrativo, onde se fazia referência aos 135.654,85 euros e depois a referência era de 146.307,32. Questionou ao que dizia respeito a rubrica, se estava incluído o investimento que foi realizado nas escolas e no Centro de Saúde. Solicitou detalhe, nomeadamente o que é a CML tinha dado para investimento na União das Freguesias. Questionou ainda se o dinheiro recebido foi suficiente ou se a Junta de Freguesia teve de investir algum do que tinha. Em relação ao Controlo Orçamental da Despesa questionou a que se referiam os 4.099,19 euros em “compromissos a pagar”, se se referiam a faturas emitidas e ficaram por pagar. Disse que considerava que estava em falta um documento no caderno, no caso, o Mapa da Relação Nominal do Executivo onde deveria estar detalhado todo o vencimento auferido por cada um dos elementos.-----

Cidalina Reis, funcionária da Junta de Freguesia – Interveio para dizer que esse documento ia apenas para Tribunal de Contas, sendo que para a Assembleia era apresentada a Caracterização Nominal, com a Identificação e Caracterização da Entidade.-----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Prosseguiu dizendo que mesmo assim gostaria de ter conhecimento do documento que vai para o Tribunal de Contas. Quanto ao Organograma apresentado na Caracterização da Entidade, disse que o mesmo não respondia à questão que estava a colocar. Ainda sobre o Organograma deduzia que o mesmo já existia e que fora aprovado, todavia, afirmou que gostaria de conhecer o documento em que este organograma foi aprovado.-----

Cidalina Reis, funcionária da Junta de Freguesia – Esclareceu que o Organograma foi elaborado com base no mapa de pessoal apresentado na Assembleia de Freguesia de Dezembro, pois reflete o ano de 2017.-----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Interveio dizendo que o mapa requeria aprovação, e se não estava aprovado, não podia constar.

Cidalina Reis, funcionária da Junta de Freguesia – Esclareceu que o número de funcionários que constava no Organograma é o referente ao que foi aprovado na Assembleia de Freguesia de dezembro de 2017. -----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Afirmou que, precisamente por esse motivo considerou estranha a apresentação do Organograma uma vez que o mesmo tem de ser sujeito a votação. Disse que consultou o Organograma de outras freguesias e viu que nada tinham de semelhantes. Suscitava-lhe dúvidas a forma como o Organograma estava apresentado e ao ser apresentado, o mesmo já devia estar aprovado. Disse ainda que da Ordem de Trabalhos considerava que os membros da assembleia devessem ter conhecimento da tomada de posição da deliberação que ocorreu na Junta de Freguesia para a Ordem de Trabalhos, se todos os membros do executivo concordaram ou qual foi a deliberação e porquê. Por fim, questionou qual o valor nominal discriminado referente às associações sem fins lucrativos.-

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Solicitou à funcionária da Junta de Freguesia, Cidalina Reis, que auxiliasse nos esclarecimentos solicitados pela interveniente anterior. -----

Cidalina Reis, funcionária da Junta de Freguesia – Cumprimentou os

presentes. No que respeita ao documento que seria enviado para o Tribunal de Contas, o mesmo não tem de ser apresentado à Assembleia de Freguesia, conforme foi esclarecido pelo auditor que realiza as auditorias à Junta de Freguesia, mas sim enviado para o Tribunal de Contas, onde constam as referências de quanto auferem os elementos do executivo. Disse ainda que, igualmente, a ata seguia para o Tribunal de Contas, não tendo de ser apresentada à Assembleia de Freguesia. Afirmou que o que era apresentado era com base nas indicações do auditor. Quanto à questão apresentada sobre o Controlo Orçamental da Receita, na referência ao contrato interadministrativo, estava colocado o valor das receitas de capital da CML. Explicou que a CML fazia dois tipos de transferências: receitas correntes e receitas de capital. As primeiras para fazer face à despesas correntes – como água, luz – e as de capital, que engloba, todas aquela viradas para o investimento, nomeadamente investimentos maiores como o caso dos alcatroamentos. Explicou que a rubrica apresentava valores mais elevados porque há o valor do contrato interadministrativo anual assim como rubricas relacionadas com os investimentos que houve na escola do Vale da Pedra e da Ortigosa. -----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia - Questionou se era possível aceder a um documento com esses valores todos discriminados.

Cidalina Reis, funcionária da Junta de Freguesia - Disse que não os tinha consigo, mas se tivesse autorização cedia um documento com o Controlo Orçamental da Receita.-----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia - Solicitou essa discriminação porque tinha algumas dúvidas em relação a valores que lhe davam a sensação da Junta de Freguesia ter entrado com dinheiro.-----

Cidalina Reis, funcionária da Junta de Freguesia – Prosseguiu explicando a referência aos compromissos. Explicou que o primeiro passo a fazer na Junta de Freguesia para se poder proceder a pagamentos passava por emitir um cabimento e posteriormente emitir um compromisso que era dado aos fornecedores para que estes indiquem o número de compromisso nas suas faturas. Assim, foram emitidos compromissos até 31 de dezembro e como os fornecedores não enviaram as faturas até ao último dia, não havia dívidas a terceiros, mas também não havia faturas por liquidar apenas não tinham as faturas e estão refletidos nesses valores.-----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Questionou ainda o valor que se recebe, relacionado com escolas em que o estimado era acima do recebido e aparecia como nada a receber.-----

Cidalina Reis, funcionária da Junta de Freguesia – Explicou que se devia a valores de refeições e que se estimava receber, contudo, é um valor indicativo.-

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Questionou o que acontece no caso de pais que não pagam o serviço de refeições usufruído pelos educandos.-----

Cidalina Reis, funcionária da Junta de Freguesia – Informou que continuam na lista de devedores, contudo, não lhes restringido o acesso ao serviço de refeições.-----

José Carlos Gomes, Presidente de Junta de Freguesia – Explicou ainda que também o número certo de alunos é sempre variável, pelo que os valores apresentados são por estimativa.-----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Relembrou a questão relativa aos valores atribuídos às associações, se seria possível saber as atribuições discriminadas.-----

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Indicou que a informação podia ser facultada.-----

José Carlos Gomes, Presidente da Assembleia de Freguesia – Não havendo mais intervenções, colocou o **Ponto 3** a votação tendo sido aprovado por maioria com uma abstenção do membro Fernanda Pedrosa.-----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Apresentou declaração de voto, onde indicou que se absteve por não ter ficado suficientemente esclarecida na Caraterização da Entidade no que dizia respeito Organograma. -----

José Carlos Gomes, Presidente da Assembleia de Freguesia – Passou ao **Ponto 4** – Inventário dos bens adquiridos no ano 2017 – Apreciação. Não houve quaisquer intervenções.-----

Passou-se ao **Ponto 5** – Doação ao Município do terreno onde foram edificadas as habitações sociais no lugar de Ortigosa – discussão e aprovação.-----

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Esclareceu que se tratava de um terreno onde estavam construídas as habitações sociais no lugar de Ortigosa e a Vereadora Anabela Valentim solicitou a regularização da situação

dos terrenos destas habitações, uma vez que a CML se candidatou a um programa de eficiência energética para os bairros sociais, onde estavam incluídas as habitações sociais de Ortigosa. Sobre este assunto, leu o e-mail remetido pela Vereadora Anabela Valentim. Assim: *“Exma. Senhora Presidente da União de Freguesias de Souto da Carpalhosa e Ortigosa, Em resposta ao e-mail infra, informo o seguinte: - O Município de Leiria formalizou uma candidatura ao Aviso Centro nº 04-2017-06 - eficiência energética nos bairros sociais, nomeadamente nos bairros sociais de Ortigosa, Maceira, Parceiros, Monte Redondo e Barosa; - Verificou-se que, as habitações sociais não se encontravam inscritas na matriz, pelo que se torna necessária a sua inscrição, conforme previsto na alínea f), nº 1 do artigo 13º do CIMI, que define a obrigatoriedade da inscrição dos prédios na matriz, sendo que os terrenos onde as mesmas foram construídas ainda se mantêm na propriedade das Juntas de Freguesia; - Esta situação acarreta problemas de vária ordem, designadamente a impossibilidade de comunicação dos contratos de arrendamento às Finanças; - Assim, torna-se necessário que as Juntas de Freguesia aprovem, em sede de Assembleia de Freguesia, a cedência desses mesmos terrenos ao Município para posteriormente se proceder ao averbamento daquelas construções e desta forma regularizar esta situação definitivamente; - Acresce referir que, as restantes Juntas de Freguesia demonstraram interesse nesta regularização, tendo inclusivamente apresentado a documentação para esse efeito; - Importa referir que, os referidos terrenos foram cedidos ao Município exclusivamente para efeitos de habitação social, uma vez que as Juntas de Freguesia não possuem competências nesta matéria; - No caso concreto da freguesia da Ortigosa, verificou-se sempre o cuidado por parte do Município para que as habitações fossem ocupadas por famílias residentes na freguesia, caso existisse pedidos nesse sentido. Em conclusão e com vista a formalizar a candidatura, foi assumido pela Câmara Municipal a realização de diligências para regularizar a situação explanada. Caso tal não se verifique, as três habitações da freguesia de Ortigosa ficam excluídas da candidatura, bem como os contratos de arrendamento mantêm-se por regularizar junto da autoridade tributária”*. Disse que a situação sobre as habitações sociais surgiu logo no início deste mandato e inclusivamente a Junta de Freguesia questionou quais eram as contrapartidas, em concreto para o lugar de Ortigosa, ao que a

vereadora indicou que não havia contrapartidas, sendo que agora veio este email da CML como o pedido de doação. -----

António Tavares, membro da Assembleia de Freguesia – Questionou de que forma é que o terreno chegou à Junta de Freguesia – se foi cedido ou se foi comprado, e ainda se a Junta de Freguesia estava a ter algum benefício, alguma renda.-----

Eulália Crespo, Presidente da Assembleia de Freguesia – Indicou que essa informação constava na documentação que foi entregue aos membros, mas informou que foi por doação, e que não havia quaisquer rendas, pois as casas sociais eram propriedade da CML, apenas o terreno estava ainda em nome da Junta de Freguesia.-----

Gastão Crespo, membro da Assembleia de Freguesia – Interveio para manifestar que gostaria que ficasse garantido que, apesar da cedência, a CML não possa futuramente vender o terreno, como está a procura fazer com as escolas encerradas. Advertiu que essa deveria ser uma condição a ficar registada.-----

António Tavares, membro da Assembleia de Freguesia – Interveio para sugerir que, caso um dia fosse intenção da CML vender o terreno, que o voltasse a entregar à Junta de Freguesia.-----

José Carlos Gomes, Presidente de Assembleia de Freguesia – Como membro da Assembleia interveio para manifestar a sua opinião uma vez que se tratam de terrenos que foram doados à Junta de Freguesia já com esta finalidade, e havendo uma parcela sobrante, na sua opinião talvez fosse mais seguro fazer-se primeiramente o destaque do terreno.-----

António Tavares, membro da Assembleia de Freguesia – Explicou como se podia proceder a esse destacamento.-----

José Carlos Gomes, Presidente de Assembleia de Freguesia – Prosseguiu manifestando que defendia, à semelhança do membro Gastão Crespo, que devia ficar salvaguardado que, um dia quando as habitações tiverem um destino diferente para o qual fora criadas, houvesse a garantia de que as mesmas reverteriam para a esfera patrimonial da Junta de Freguesia. Disse ainda ter dúvidas se seria de manter o ponto em discussão. Considerou que era mais correto voltar daqui a algum tempo a esta discussão e tentar salvaguardar o terreno para destacamento, pois estava em causa os interesses superiores da

freguesia e ao mesmo tempo dar alguma tranquilidade a quem doou os terrenos para esta finalidade. -----

Marília Ferreira, membro da Assembleia de Freguesia – Afirmou que não queria intervir muito, pois tratava-se de uma doação realizada por um familiar próximo. Disse ter acedido à escritura e informou que esta doação foi feita sem qualquer reserva, de qualquer forma, por conhecimento pessoal sabe que a doação foi feita com a intenção da construção da habitação social. Disse que pessoalmente lhe custava estar a passar para o município um bem que era da freguesia. Por um lado entende a posição da CML, que não consegue legalizar uma construção que fez em terreno alheio e, conseqüentemente, legalizar a situação das rendas que cobrava. Disse que era de acordo em ver a possibilidade de criar dois artigos, um para a habitação social e outro para o terreno que não foi ocupado pela habitação social, e ao fazer-se o documento relativa à doação fazer-se a salvaguarda de que reverteria para a Junta de Freguesia caso algum dia deixasse de ter utilização.-----

António Tavares, membro da Assembleia de Freguesia – Interveio sugerindo a possibilidade de ser concretizado um contrato de comodato, em que a Junta de Freguesia daria à CML a possibilidade de exploração de espaço durante um determinado período para determinada finalidade findo esse período o contrato seria renegociado ou o terreno reverteria para a Junta de Freguesia.-----

José Carlos Gomes, Presidente de Assembleia de Freguesia – Por indicação do Executivo, e depois das intervenções proferidas, foi tomada a decisão de proceder à retirada do **Ponto 5** – Doação ao Município do terreno onde foram edificadas as habitações sociais no lugar de Ortigosa, ficando o Executivo incumbido de ver, junto da CML, a viabilidade de ser concretizado o destaque no concerne às parcelas de terreno, salvaguardando quaisquer tipo de constrangimentos à edilidade e proceder à salvaguarda de, no futuro, o terreno reverter para a Junta de Freguesia. Indicou ainda que assim que estas questões estivessem esclarecidas, e tendo em conta o carácter urgente do assunto, haverá a possibilidade de ter de se agendar uma Assembleia extraordinária.-----

Passou-se ao **Ponto 6** – Modificação ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência para a Gestão e Manutenção do Pavilhão Desportivo Municipal de Souto da Carpalhosa – Ratificação.-----

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Explicou que teve uma

reunião com o Vereador Carlos Palheira onde este solicitou à Junta de Freguesia que esta procedesse à contratação de um Diretor Técnico para o pavilhão, pois era obrigatório ter um profissional credenciado associado ao pavilhão e era inexistente. Disse ainda que anteriormente seria a CML a disponibilizar o Diretor Técnico, que nunca o fez, e tratava-se de uma exigência legal que devia estar em conformidade. Acrescentou que a CML daria mais alguma verba de modo a poder proceder à contratação de um Diretor Técnico. Informou que o executivo já tinha reunido com um potencial Diretor Técnico para o pavilhão, sendo a única exigência o pagamento da cédula profissional que designa a categoria de Diretor Técnico Desportivo, num valor de 50 euros.-----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Questionou quais as funções de um Diretor Técnico.-----

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Disse que as funções que este profissional teria, iam centrar-se mais no início das épocas desportivas, verificar as condições do pavilhão.-----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Questionou se se tratava de um técnico de segurança.-----

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Esclareceu que fazia a garantia da segurança das pessoas que recorriam ao pavilhão e que as suas funções iam centrar-se mais nos grupos particulares que iam treinar ao pavilhão.-

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Afirmou que, caso fosse em regime de voluntariado, e isso ficaria ao critério, teriam de ser exigidas as mesmas responsabilidades fosse em regime de voluntariado ou não.-----

Ângela Duarte, funcionária da Junta de Freguesia – Interveio para esclarecer que um Diretor Técnico Desportivo era um profissional devidamente credenciado pelo Instituto Português do Desporto e Juventude, sendo uma condição a nível desportivo e não de segurança, que esta já implicava outro tipo de vistorias que não competem ao Diretor Técnico Desportivo.-----

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Disse que, caso esta modificação seja aprovada e se avance com a contratação, não se ia sentir confortável em não dar uma contrapartida ao técnico. Acrescentou que o executivo tinha feito a proposta para Diretor Técnico ao Raul Antunes, do Basket Clube do Lis. -----

António Tavares, membro da Assembleia de Freguesia – Interveio para

sugerir que podia ser atribuído um valor ao técnico e este depois poderia doar o valor à Junta de Freguesia ou a uma associação, mas que deveria ser atribuído um valor.-----

Eulália Crespo, Presidente da Junta de Freguesia – Disse concordar totalmente e mesmo o executivo não se sentia confortável com a prestação deste serviço se o mesmo não fosse remunerado.-----

José Carlos Gomes, Presidente de Assembleia de Freguesia – Não havendo mais intervenções, colocou o ponto a votação tendo sido aprovado por unanimidade. Antes de dar a sessão por terminada, indicou que ia colocar à disposição para consulta dos membros da Assembleia, a relação dos donativos atribuídos às associações. Sugeriu que fizesse a compilação das verbas atribuídas às associações e posteriormente a relação fosse enviada por e-mail.-

Cidalina Reis, funcionária da Junta de Freguesia - Informou que essa informação seria reportada ao INE e podia depois fazer chegar aos membros esse reporte. -----

José Carlos Gomes, Presidente de Assembleia de Freguesia – Não havendo mais pontos a tratar, o senhor Presidente de Assembleia deu por encerrada a sessão, agradecendo a presença e disponibilidade de todos os presentes e participantes. E para que conste se lavrou a presente ata, que depois de lida será assinada. -----

O Presidente

O Primeiro Secretário

O Segundo Secretário
